

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2012

SUPLEMENTO DA REVISTA TOC N.º140 | NOVEMBRO 2011



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS



PLANO DE ATIVIDADES 2012

- 4 I ▪ INTRODUÇÃO
- 5 II ▪ ESTRATÉGIA GLOBAL DE AÇÃO
- 6 III ▪ APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS
- 6 III.I ▪ CONSULTÓRIO TÉCNICO
- 7 III.II ▪ REUNIÕES LIVRES DAS QUARTAS
- 7 III.III ▪ BASE DE DADOS DA ORDEM - SITOC
- 7 III.IV ▪ REVISTA TOC
- 7 III.V ▪ REVISTA CIENTÍFICA «CONTABILIDADE E GESTÃO»
- 8 III.VI ▪ SITIO DA ORDEM
- 8 IV ▪ FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- 9 IV.I ▪ FORMAÇÃO EVENTUAL
- 9 IV.II ▪ FORMAÇÃO SEGMENTADA
- 10 IV.III ▪ FORMAÇÃO PERMANENTE
- 10 IV.IV ▪ FORMAÇÃO RECORRENTE
- 10 IV.V ▪ FORMAÇÃO À DISTÂNCIA
- 11 V ▪ APOIO SOCIAL AOS MEMBROS
- 11 V.I ▪ SEGURO DE SAÚDE DOS TOC
- 11 V.II ▪ SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA OS TOC
- 11 V.III ▪ FUNDO DE PENSÕES DOS TOC
- 12 V.IV ▪ FUNDO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
- 12 V.V ▪ CASA DO TOC E CENTRO DE FORMAÇÃO
- 13 VI ▪ COMUNICAÇÃO
- 14 VII ▪ IV CONGRESSO NACIONAL DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS
- 14 VIII ▪ RELACIONAMENTO INTERNACIONAL
- 15 IX ▪ OUTROS EVENTOS
- 16 X ▪ CONSIDERAÇÕES FINAIS

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012

- 17 INTRODUÇÃO
- 17 CONTEXTO GERAL
- 18 RENDIMENTOS
- 20 GASTOS
- 23 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS
- 24 CONCLUSÃO
- 25 PARECER DO CONSELHO SUPERIOR SOBRE PLANO DE ATIVIDADES PARA 2012

I ■ INTRODUÇÃO

O ano de 2012, tudo indicia, não será um ano fácil para ninguém, facto que nos deverá precaver na elaboração do plano de atividades para aquele exercício.

É necessário planificar com um mínimo de segurança, num contexto em que a psicose da dívida e da incerteza financeira provoca nos cidadãos, e necessariamente também nos técnicos oficiais de contas, receios, insegurança e incertezas que num exercício normal não aconteceriam. Não obstante as dificuldades esperadas, a nossa atitude não pode e não deve ser de mera contemplação, deixando que as coisas aconteçam, sem que a elas reajamos procurando outras soluções, por vezes, bem diferentes daquelas a que estamos habituados.

Embora o quadro macroeconómico e as expectativas em torno dele não sejam propícias a criar sorrisos rasgados, também é verdade que pode constituir para os técnicos oficiais de contas uma excelente oportunidade de mudança de atitude perante a profissão.

As condições para uma maior intervenção dos profissionais ocorreu com a alteração do Estatuto, onde se consagraram áreas em que sempre intervieram, bem como se clarificaram situações que estavam um

pouco obscuras no Estatuto anterior, como são os casos da Segurança Social, intervenção no procedimento tributário gracioso e especificação do conceito de peritagem.

Com a criação dos Colégios de Especialidade na Ordem, em nosso entender, abrem-se para quem neles está inscrito outras áreas de intervenção, nomeadamente o acesso ao ensino superior, bem como intervenções mais qualificadas junto de entidades públicas e privadas.

Na verdade, o rigor como estão a ser conduzidos os acessos à inscrição nos colégios, o cuidado que houve na constituição das equipas que avaliam os conhecimentos, bem como da sua forma - dois exames escritos e um trabalho original sobre um tema da especialidade e a sua defesa - são garantes objetivos da indiscutível qualidade e nível de conhecimentos daqueles que obtiverem a inscrição nos respetivos colégios.

De qualquer modo, algo vai ter que mudar de forma radical na nossa profissão. Os profissionais têm que ser muito mais proativos no exercício da atividade e terem maiores preocupações na sua preparação profissional, rigor nos trabalhos elaborados e constituírem-se como verdadeiros guias e conselheiros dos empresários e das empresas, pois, sendo eles os construtores da informação contabilística, também são eles quem

melhor está preparado para a sua interpretação, aconselhamento e para a sua utilização como ferramenta para as tomadas de decisão, com especial relevo para as pequenas e médias empresas.

Sabemos que este tipo de documentos, dada a sua natureza previsional, está sujeito a uma forte contingência, pelo que, o que neles se propõe, embora sempre sustentado nos dados estatísticos de anos anteriores, está reajustado à previsível evolução do ano a que se destina, não descurando, como é normal, eventuais reajustamentos.

Neste domínio previsional, a Ordem tem créditos verdadeiramente firmados, pois os níveis de execução, ao longo de toda a sua existência, nunca foram inferiores a 90 por cento, a que corresponde, de forma indiscutível, uma taxa de execução de comprovado mérito, facto que credibiliza, à partida, as bases que têm sustentado os seus planos de atividades e orçamento.

Conforme já o mencionamos, o ano de 2012 reúne as condições para alguns desenvolvimentos negativos, pelo que procuramos introduzir nestes documentos os efeitos desses fatores.

Para se alcançar os objetivos traçados para 2012, a Ordem orientará a sua ação com base na seguinte estratégia global:

II ■ ESTRATÉGIA GLOBAL DE AÇÃO

Os atos da Ordem apesar de, muitas vezes, não se identificarem com um objetivo específico, são sempre pensados, de forma direta ou indireta, no âmbito de uma estratégia global definida pela Instituição no seu plano de atividades ou no decurso do mesmo, caso sejam introduzidos novos dados.

É que, da visão que temos sobre a forma de alterar alguns preconceitos previamente estabelecidos ou imagens sociais, não raras vezes, sem a preocupação da sua análise racional, combatê-los de forma direta e incisiva, pode gerar efeitos exatamente contrários aos pretendidos, exigindo uma abordagem indireta para alterar esses mesmos preconceitos, sem que nunca deles se fale.

É exatamente o que a Ordem tem vindo a conseguir no relacionamento dos profissionais com os seus clientes, concebendo acordos, participações e realizações conjuntas com associações patronais, fazendo prevalecer a importância dos técnicos oficiais de contas nas entidades.

As conferências que temos vindo a realizar com o grupo Controlinveste, envolvendo a TSF, o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias, o Diário de Notícias da Madeira e o Açoriano Oriental, bem como as conferências

realizadas em parceria com o Diário Económico, têm como objetivo, para além da matéria que as compõem, transmitir uma imagem à sociedade da importância da profissão, reforçando a ideia de que o trabalho dos técnicos oficiais de contas não se resume a debitar, creditar e enviar as declarações para o fisco, mas que ultrapassa, em muito, essas funções. As metas já atingidas, em nosso entender, embora se note já uma mudança qualitativa muito acentuada da imagem que a sociedade tem da profissão, ainda não nos satisfazem quanto àquele objetivo.

Por isso, entendemos ser necessário manter, neste domínio, o rumo encajado e complementá-lo com outras iniciativas, nomeadamente com a elaboração de um Observatório da Fiscalidade Portuguesa, em parceria tripartida com a Associação Fiscal Portuguesa e o Diário Económico.

Uma outra preocupação da Ordem tem a ver com o conhecimento contabilístico e a sua aplicação por parte dos profissionais e do poder político. Propomo-nos, numa fase mais avançada, a criação de um observatório para esta área, mas, no imediato promover diversas iniciativas de forma a sensibilizar a sociedade civil e o poder governativo para as boas práticas de prestação de contas.

Em Portugal, como na maioria dos países desenvolvidos ou em vias de

desenvolvimento, o Estado continua a ter o papel primordial, muitas vezes decisivo, na iniciativa e na ordenação dos processos de desenvolvimento central, regional e local.

A gestão pública arrasta consigo um importante conjunto de oportunidades mas exige, também, o recurso a meios informativos diversos daqueles que ao longo dos tempos foram sendo gerados pelos antigos sistemas de informação. Pela experiência vivida nos últimos anos verifica-se que o grau de implementação da Contabilidade Pública não é o esperado e que a fiabilidade da informação contabilística é reduzida, nomeadamente no que concerne a componentes do balanço e demonstração dos resultados e, em especial, no que respeita à especialização dos exercícios.

A aplicabilidade do POCP é fundamental para que as contas espelhem com maior rigor, precisão e integridade o modo como são empregues os dinheiros públicos e para que seja possível uma correta previsão orçamental com base em dados rigorosos, detalhados e disponíveis.

Naturalmente que a qualidade da informação disponibilizada está intimamente relacionada com os “produtores” materiais, a quem se exige uma maior responsabilização. A participação de um técnico oficial de contas na preparação dos

documentos de prestação de contas aumentará, indiscutivelmente, o grau de confiança de que estes representam a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, orçamental, económica e patrimonial das contas dos organismos públicos.

Consequentemente, deverá ser um TOC o profissional que num organismo público deverá assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal.

O elevado interesse no aprofundamento das matérias relacionadas com a contabilidade pública é um elemento fundamental de criação de valor, que levará a OTOC a promover o desenvolvimento estratégico dos conhecimentos relacionados com esta área de intervenção.

A manutenção e desenvolvimento da parceria com o IDEFF (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal), é outro dos fatores que muito tem ajudado a alcançar os objetivos pretendidos.

Sendo, em nosso entender, extremamente positivos os factos descritos, apostaremos na sua manutenção e desenvolvimento. Para 2012, atentas as especificidades que do mesmo se esperam, tem que se ir um pouco mais além, procurando criar condições para que se implemente no terreno uma

forma diferente de exercer a profissão, em que os técnicos oficiais de contas não sejam vistos pelas empresas como um custo de contexto imprescindível que se tem que suportar, mas sim verdadeiros criadores de valor.

Essa é também uma estratégia de fundo da Ordem, em que se procurará criar condições de implementação para atingir aquele desiderato e, em conjunto com os profissionais, produzir e desenvolver ideias sob a forma de se executar nas empresas essa criação de valor.

O que se pretende é uma mudança substantiva de atitude dos profissionais perante a sua atividade, procurando adquirir as condições necessárias para a criação daquele valor, o que, conforme tantas vezes temos dito, só se consegue através de um esforço na formação, que é hoje uma preocupação insubstituível.

Sem esse empenhamento não haverá estratégias, regras ou quaisquer outras ações que conduzam a bom porto a nossa profissão.

À Ordem não lhe compete realizar os trabalhos dos profissionais, mas sim criar as condições, ideias e objetivos que conduzam a profissão à realização das metas pretendidas.

Esse é o nosso objetivo que pensamos realizar no decurso de 2012, através das seguintes ações:

III ■ APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

O apoio técnico aos membros, disponível através das mais diversas formas, tem-se constituído como um elemento de apoio fundamental a que os profissionais recorrem para a resolução de dúvidas interpretativas das normas, bem como a sua aplicação prática.

No ensejo de não só continuar, mas também, na medida do possível, melhorar o apoio técnico aos membros, no decorrer de 2012 iremos realizar as seguintes ações:

III.1 ■ CONSULTÓRIO TÉCNICO

Continuaremos a responder às questões técnicas que nos são colocadas pelos membros, procurando que as mesmas, na medida das disponibilidades do departamento, sejam apresentadas nos 15 dias após a sua entrega, objetivo que, em alguns domínios, já foi conseguido em 2011.

Pensamos, por outro lado, que o objetivo dos serviços de consultoria da Ordem de responder a todas as questões que lhe são colocadas, será largamente atingido em 2012. No entanto, temos consciência que existem questões que, quer pela sua complexidade quer pelo facto

de não haver ainda jurisprudência criada, terão sempre que ser reencontrados para técnicos externos, garantindo por essa via a qualidade das respostas já conseguida com o consultório técnico da Ordem.

III.II ■ REUNIÕES LIVRES DAS QUARTAS

O formato das reuniões livres das quartas-feiras, fonte de inesgotável e específica orientação para os técnicos oficiais de contas, mantém-se desde o início da sua implementação.

Desde há muito que se tem pensado na sua reformulação, atribuindo-lhe uma estratégia de funcionamento onde a análise das questões não tenha um cunho demasiado fiscalista, mas antes se equilibre também com ideias, teses e desenvolvimentos de outros intervenientes na interpretação e funcionamento das questões inerentes ao exercício da profissão, como é o caso da contabilidade, aspetos de análise financeira, a visão da fiscalidade na ótica da empresa e outras.

O seu funcionamento, com base em sedes de distrito, parece-nos ser o mais adequado às possibilidades financeiras da Ordem e às necessidades dos profissionais, dado que a sua proliferação por outros pontos do país geraria custos insuportáveis para a Instituição.

O número de participantes neste tipo de reuniões tem vindo a aumentar, mas ao avaliarmos os níveis de participação nos diversos distritos, fica-se com a sensação que estas sessões ainda têm enorme potencial de crescimento e que não estão a ser devidamente aproveitadas pelos membros.

Em 2012, iremos proceder a uma consulta aos profissionais no sentido de os auscultar quanto ao teor das matérias que mais gostariam de ver esclarecidas nestas reuniões, bem como qual a estratégia e orientação das respostas, com vista a avaliar a necessidade ou não de se proceder à sua alteração.

Entretanto, a estrutura em vigor manter-se-á nos termos, datas e locais já definidos, sem prejuízo da sua eventual alteração no decurso do ano, aumentando ou diminuindo o espaço de acordo com a afluência.

III.III ■ BASE DE DADOS DA ORDEM - SITOC

A base de dados da Ordem beneficiou em 2011 de profundas alterações, passando a instalação e atualização a ser obtida pela internet.

O novo processo teve o pressuposto de possibilitar aos membros informação diária atualizada. Não obstante ter havido a preocupação de facilitar o funcionamento do novo SITOC, tem

existido alguma dificuldade de manuseamento, inclusive na forma de instalação e funcionamento.

Consciente da importância da base de dados, a Ordem estudará formas de tornar a consulta da informação mais amigável.

O seu funcionamento está condicionado a não ter as quotas atrasadas por período superior a 30 dias.

III.IV ■ REVISTA TOC

A revista **TOC**, publicada ininterruptamente há 11 anos, já por diversas vezes renovada, continuará em 2012 a manter o seu formato e estrutura habitual. Contará com uma entrevista de fundo, notícias, «Lugar ao TOC», artigos de opinião, artigos técnicos e consultório técnico, sendo distribuída mensal e gratuitamente a todos os profissionais ativos que não tenham as suas quotas atrasadas por período superior a 90 dias.

III.V ■ REVISTA CIENTÍFICA «CONTABILIDADE E GESTÃO»

A exemplo de anos anteriores, a revista científica «Contabilidade e Gestão» terá, em 2012, publicação semestral, sendo disponibilizada no sítio da Ordem para consulta dos

membros, uma vez que o seu suporte físico acarreta elevados custos se distribuída pelos correios.

A sua estrutura não sofrerá alteração, continuando a publicar artigos de interesse científico, sempre sujeitos ao *blind referee*, isto é, a análise dos artigos numa ótica científica sem que se conheça o seu autor.

III.VI ■ SÍTIO DA ORDEM

O sítio da Ordem tem-se constituído como um meio privilegiado de comunicação entre a Instituição e os seus membros. Pela informação de índole geral, pela comunicação da «Pasta TOC», o fórum é hoje um auxiliar dos profissionais, onde as questões são debatidas e analisadas, gerando-se discussões de grande interesse técnico para os membros.

A imagem, a estrutura e a arrumação da informação no sítio atual é praticamente a mesma desde o início da sua entrada em funcionamento.

Encontra-se em fase de conclusão, podendo provavelmente entrar em funcionamento ainda em 2011, uma nova e moderna versão do sítio, onde se privilegia a melhoria de arrumação de assuntos e maior facilidade de diálogo entre o sítio e os seus utilizadores.

A Ordem aposta no desenvolvimento deste meio de comunicação e encetar-se em 2012 as análises necessá-

rias de natureza técnica para que a «Pasta TOC» contenha tudo o que diz respeito aos membros. Por outras palavras, pretende-se que disponibilize toda a informação e situação do membro, incluindo a sua correspondência, mesmo que seja rececionada por outros meios, sendo emitida exclusivamente pela «Pasta TOC» acompanhada de um SMS a dar conta da disponibilização da informação.

O novo sítio será objeto de permanente acompanhamento, nomeadamente de uma nova tradução em língua inglesa, com vista à divulgação internacional da Ordem.

IV ■ FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A formação profissional contínua é um dos pilares fundamentais para sustentar o exercício da profissão com rigor, qualidade e permanente atualização.

Na verdade, esta é uma das maiores apostas que a Ordem tem vindo a fazer para credibilizar a profissão e suprir deficiências que possam manchar o coletivo dos técnicos oficiais de contas.

Desde muito cedo que nos apercebemos dos enormes riscos que comporta a nossa profissão, hoje bem mais visíveis por efeito dos direitos que a regulamentação aportou aos

tomadores dos serviços prestados pelos técnicos oficiais de contas.

Mas, independentemente daqueles factos, uma profissão que luta pela sua credibilidade, tem que ter sempre presente os riscos em que se desenvolve e o esforço de atualização que é necessário empreender para lhe responder com qualidade e eficiência.

A Ordem, de entre as instituições congéneres, foi a primeira a quebrar uma espécie de tabu existente na sociedade, em que a formação era considerada uma necessidade apenas de profissões de mais baixo nível, concebendo-se como imutáveis os conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica.

Há hoje uma consciência social bem mais esclarecida da necessidade de formação contínua para as profissões de nível superior, não só por efeito da evolução natural dos conhecimentos adquiridos como pela velocidade da mutação das normas, exigindo-se uma atitude completamente diferente da que se verificava há bem poucos anos.

A fiscalidade, pela função que desempenha como fonte primordial de financiamento da vida pública, pelas oscilações a que está sujeita, é fator gerador de grande instabilidade que tem vindo a acentuar-se nos últimos anos, com níveis nunca antes experimentados, o que dificulta e limita de forma clara e objetiva o exercício da profissão.

Tais factos, acrescidos das condições reais em que ela se exerce, onde na grande maioria das vezes não se cria um espaço de tempo que possibilite uma compreensão mais sustentada e fundamentada da lei, deixa os profissionais em situações de desigualdade quando confrontados pelos serviços de inspeção que, nos prazos de caducidade, têm tempo suficiente para criar aquela segurança interpretativa e executiva das alterações legislativas.

É com uma consciência completamente esclarecida sobre a necessidade de formação e, no cumprimento dos objetivos de uma maior qualidade e rigor no exercício da profissão que, pelas mais diversas formas, a Ordem tem tentado transmitir aos seus membros a necessidade do hábito de formação profissional contínua.

Temos procurado estar à altura de oferecer aos membros, em formação própria ou ministrada por outras entidades, um leque dimensionado para as necessidades de todos e específicas de cada um.

Para tanto, temos procurado dar a conhecer, logo no início de cada ano, o plano de formação da Ordem nas diversas vertentes, considerando-o, no entanto, flexível para acolher ideias e sugestões ou até novidades que ocorram ao longo do ano e que não seja possível prever no momento da elaboração do plano de atividades.

Procurando dar satisfação às preocupações descritas, no ano de 2012, no domínio da formação, iremos desenvolver as seguintes ações:

IV.I ■ FORMAÇÃO EVENTUAL

Durante o ano de 2012 conservaremos o figurino da formação eventual, realizando-a em todos os distritos do Continente e nas Regiões Autónomas, mantendo a tradição de propiciar a todos os membros as mesmas condições de oportunidades, independentemente dos locais onde vivem ou trabalham.

A estrutura deste tipo de formação a que atribuímos um carácter institucional, tem como objetivo sensibilizar os profissionais para as alterações legislativas introduzidas nos normativos e levar até aos membros as preocupações e informações da sua instituição reguladora, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Não obstante a erosão que a inflação tem vindo a provocar nos preços praticados pela Ordem na formação, no decurso de 2012 iremos manter os mesmos critérios que vigoram já desde 2006, ou seja, a formação continuará a ter um custo correspondente a quatro euros por hora, a que corresponde 32 euros por cada formação de oito horas.

No âmbito deste tipo de formação, atendendo aos desafios específicos que a realidade atual nos coloca, a Ordem estudará a possibilidade de, no decorrer de 2012, apresentar uma formação específica em que se aborde exclusivamente a forma como os profissionais podem constituir-se como criadores de valor nas empresas.

IV.II ■ FORMAÇÃO SEGMENTADA

A formação segmentada, com uma duração compreendida entre as oito e as 16 horas, conforme os temas a tratar, tem natureza institucional, e para além do tema específico, pode abordar também assuntos relacionados com ética e deontologia profissional.

A sua diferenciação e duração deve-se ao facto de ter uma matéria específica ou integrada em questões de natureza institucional e ser ministrada em turmas que não ultrapassem os 30 elementos, possibilitando, por essa via, a criação de diálogo entre os formandos e os formadores, o que se torna mais difícil nos grandes auditórios.

Realizar-se-á nas sedes de distrito ou em quaisquer outras localidades em que se reúnam, no mínimo, 30 membros interessados em participar.

Em 2012, o preço por hora deste tipo

de formação, atendendo à sua curta duração e ao reduzido limite das turmas que, em algumas localidades não ultrapassa os 20 membros, é o mesmo que desde há muito vem sendo praticado: seis euros por cada hora de formação.

IV.III ■ FORMAÇÃO PERMANENTE

A formação permanente, a única com características de formação profissional que a Ordem ministra, tem uma duração compreendida entre 16 e 32 horas.

O seu objetivo é o aprofundamento de matérias relacionadas ou interligadas com a profissão, variando a sua duração, de acordo com a complexidade ou a extensão das matérias a ministrar.

Realiza-se em sedes de distrito ou em outras localidades desde que se reúnam, no mínimo, 30 interessados na sua realização.

O preço é o mesmo de anos anteriores, ou seja, quatro euros por cada hora de formação.

IV.IV ■ FORMAÇÃO RECORRENTE

A formação recorrente obedece às mesmas características da formação

segmentada ou permanente, com a diferença de que é solicitada por iniciativa dos membros, sendo por eles escolhido o local e, caso assim pretendam, o próprio formador, desde que obtenha a anuência da Ordem.

Realiza-se nas sedes de distrito ou em qualquer outro lugar, inclusive nas próprias empresas, desde que estas reúnam de entre os seus colaboradores um número não inferior a 30 inscritos, exclusivamente técnicos oficiais de contas, ou se associem com outras empresas interessadas no mesmo tema para a obtenção do número mínimo pretendido.

Os temas a tratar só podem ser os já abordados pela Ordem em ações de formação ou em concomitância com aquela formação, não obrigando à elaboração de manuais específicos.

O preço varia consoante a sua índole, pelo que para a formação segmentada, por isso com a duração de oito a dezasseis horas, o preço é de seis euros por hora. Caso se trate de formação superior a 16 horas o seu preço é de quatro euros por hora.

IV.V ■ FORMAÇÃO À DISTÂNCIA

A formação à distância, pelas suas características e acessibilidade em qualquer parte do País, constitui um esforço demonstrativo da importân-

cia que damos à formação, bem como o empenho que temos colocado na sua disponibilização a todos os profissionais.

Embora não sendo uma originalidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, o sistema implementado foi concebido numa ótica de maior compreensibilidade para os formandos e tem vindo paulatinamente a conquistar a simpatia dos profissionais. As dezenas de milhares de membros que anualmente utilizam a formação à distância são a garantia da sua aceitação por parte dos profissionais, pois o seu modo de funcionamento possibilita-lhes uma liberdade de aquisição de conhecimentos sem que, para tanto, estejam sujeitos a horários fixos, deslocações e custos dispensáveis com a adoção deste modelo de formação.

Este modelo é basicamente composto por um manual previamente concebido de acordo com as temáticas a tratar, complementado por um vídeo, normalmente gravado pelo autor do manual, através do qual se explica aos formandos as matérias que se encontram divididas em blocos, com vista a uma maior compreensão das mesmas. Os diversos testes, uns de natureza imperativa ou facultativa, permitem aos formandos uma autoavaliação sobre o domínio das matérias lecionadas, possibilitando também a implementação de critérios de avalia-

ção dos conhecimentos adquiridos no fim da respetiva formação.

Atendendo a que ainda não se procedeu a uma reestruturação, nem a uma análise devidamente sustentada quanto ao funcionamento do sistema, proceder-se-á em 2012 a um inquérito aos membros que já tenham frequentado este tipo de formação, auscultando as suas opiniões, com vista a aproximar, cada vez mais, este tipo de ensino às necessidades dos profissionais.

Assim, em 2012, continuarão a ser ministrados por este meio os temas constantes do plano de formação, que estará disponível aos membros logo no início do ano.

V ■ APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

A Ordem lançou uma série de medidas de apoio social aos membros, com vista a possibilitar um conjunto de condições que permitam propiciar aos profissionais mais carenciados uma rede de apoio, para além das prestações normais de âmbito social.

Na verdade, o espírito de solidariedade desde há tantos anos impulsionado pela Ordem tem conseguido trazer benefícios de mérito indiscutível. Tais ações traduzem-se nas seguintes modalidades:

V.I ■ SEGURO DE SAÚDE DOS TOC

A Ordem oferece a todos os seus membros um seguro de saúde, o qual cobre as despesas com internamento até ao limite de 50 mil euros, sendo devida uma franquia de 10% do valor total suportado pela companhia de seguros.

Recentemente, atendendo à folga de gestão que o seguro propiciava, a Ordem negociou com a companhia de seguros a oferta gratuita de três consultas anuais em regime de ambulatório, sem que para o efeito tenham que efetuar qualquer pagamento, exceto o que é devido nos seguros de saúde, isto é o pagamento de uma franquia de 13 euros.

Em 2012, continuaremos a oferecer este seguro de saúde aos membros, de forma gratuita, impondo-se apenas a condição da inscrição ativa e não ter o pagamento das quotas em atraso por um período superior a 90 dias.

Nesse sentido, chama-se a atenção dos profissionais para a manutenção em dia das suas quotas para poderem beneficiar do seguro, dada a relevância, cada vez mais acentuada, que, tudo indica, ele terá num futuro próximo.

V.II ■ SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PARA OS TOC

Nos termos do Estatuto da Ordem

dos Técnicos Oficiais de Contas, os profissionais que assumam a responsabilidade por contabilidades são obrigados a subscrever um seguro de responsabilidade civil de valor não inferior a 50 mil euros.

A Ordem, considerando o seu poder negocial e numa tentativa de auxiliar os seus membros no cumprimento das obrigações estatutárias, tem vindo a suportar o valor deste seguro de responsabilidade civil, num valor próximo dos 450 mil euros anualmente.

Durante o ano de 2012, a Ordem continuará a oferecer este seguro aos membros que assumam a responsabilidade por contabilidades, desde que não tenham as quotas atrasadas por um período superior a 90 dias.

Chama-se a especial atenção aos membros para a necessidade de manterem as quotas atualizadas, pois podem ver-se forçados a suportar eventuais danos que provoquem aos seus clientes no âmbito do exercício da profissão, por terem ficado excluídos da cobertura do seguro.

V.III ■ FUNDO DE PENSÕES DOS TOC

Nos termos dos compromissos assumidos aquando da criação do fundo, a Ordem comprometeu-se a fazer uma dotação financeira até ao mon-

tante de cinco milhões de euros, ou seja um milhão de euros por ano durante o período de carência. Alcançado que foi esse objetivo, a Ordem tem continuado a participar financeiramente no fundo, agora através da consignação do valor da renda do edifício da Av. 24 de julho, em Lisboa, antiga sede da Ordem, que é do montante de 13 048 euros mensais.

Não obstante, caso as condições de gestão o permitam, a Ordem continuará, na medida das suas possibilidades financeiras, a compartilhar para o fundo, para além da consignação da mencionada renda, com os montantes que no decurso do exercício for possível disponibilizar.

V.IV ■ FUNDO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

O valor da solidariedade tem sido, desde a primeira hora, um ponto de honra para a Instituição. Em função da disponibilidade da Ordem, temos procurado contribuir para ajudar quem, pelas mais diversas razões, foi vítima de circunstâncias imprevisíveis.

O fundo de solidariedade social dos técnicos oficiais de contas tem precisamente esse objetivo. É um fundo constituído por uma dotação anual de 250 mil euros que tem servido

para ocorrer a situações inesperadas que põem em risco a sobrevivência dos membros da Ordem.

Nos termos do seu regulamento, para além das situações de acidente, este fundo destina-se a complementar a reforma dos membros que, tendo a inscrição em vigor e não sejam devedores de quotas, não tenham outros rendimentos para além da sua reforma e auferam uma pensão inferior à remuneração mínima garantida.

Nas condições regulamentares, a Ordem atribui, caso a pensão média do casal ou do membro, se for solteiro ou viúvo, seja inferior à remuneração mínima garantida, um complemento de reforma igual à diferença entre a reforma recebida e a remuneração mínima garantida.

Este é um gesto inédito da nossa Ordem, desconhecendo-se a existência de situações similares noutras instituições congéneres, que nos diferencia neste esforço de solidariedade para com os colegas de profissão que, pelas mais diversas razões, são ou tenham sido vítimas do infortúnio.

No decurso do ano de 2012, manteremos a dotação anual mencionada para este fundo de 250 mil euros, continuando assim a disponibilizar aos membros um meio que no plano financeiro lhes possibilite um mínimo de dignidade humana.

V.V ■ CASA DO TOC E CENTRO DE FORMAÇÃO

Um espaço onde os membros possam confraternizar, sentirem-se pessoas em condições minimamente integradas com outros colegas da profissão, continua a ser um sonho por onde orientamos as nossas ações.

O projeto integrado da Casa do TOC num centro de formação para os profissionais, na cidade de Lisboa, embora as condições económicas de momento não sejam as mais favoráveis, não está de forma alguma esquecido.

Naturalmente que uma obra com as dimensões e as características pretendidas, envolve um esforço financeiro muito acentuado, pelo que a Ordem continua a desenvolver uma política de dotação anual para a constituição de um fundo financeiro que garanta a sua realização.

O propósito da Casa do TOC, para além de se constituir como ponto de encontro e convívio entre os colegas, visa desenvolver outras valências, nomeadamente a de apoio à terceira idade, facto que será oportunamente articulado com os respetivos serviços da Segurança Social.

No âmbito do descrito, no ano de 2012, reforçaremos a verba para a realização deste tão importante projeto para os técnicos oficiais de contas.

VI ■ COMUNICAÇÃO

A comunicação da Ordem com os profissionais é um dos elementos fundamentais para a manutenção de um espírito de classe, para uma maior vivência dos problemas da Instituição e para o reforço da participação dos seus membros no dia a dia da sua gestão.

A partilha de objetivos, ideias e pensamentos, bem como o concurso positivo de ideias diferentes para a dinâmica que se pretende implementar na Ordem, só será possível através de um eficiente, claro e atempado sistema de comunicação.

Aproveitando a evolução tecnológica, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tem vindo a desenvolver projetos inéditos no domínio da comunicação, como é o caso da «Pasta TOC», do sítio e da plataforma nas redes sociais, onde se disponibilizam vídeos dos eventos promovidos pela Instituição. Não obstante o esforço desenvolvido, as despesas com os correios e telecomunicações ainda representam nas contas anuais da Ordem valores muito significativos, pelo que se deixa um apelo para que os membros utilizem os meios eletrónicos ao seu dispor, propiciando, por essa via, não só uma arrumação mais harmónica dos temas a tratar, bem como contribuindo para a redução dos gastos de funcionamento da nossa Instituição.

No domínio da comunicação, em 2012, encetaremos as seguintes ações:

VI.I Manteremos a edição mensal da revista **TOC**, distribuindo-a gratuitamente por todos os membros que tenham a sua inscrição em vigor e não registem quotas atrasadas por períodos superiores a 90 dias.

A revista **TOC** é hoje o veículo por excelência transmissor das ideias, pensamentos e objetivos da Ordem, constituindo-se como um elo fundamental de ligação entre os profissionais.

Daí, ser nosso entendimento que, atendendo à heterogeneidade dos membros inscritos, formações, idades e maiores ou menores dificuldades no manuseamento das ferramentas informáticas, que a mesma deve continuar a ser editada e distribuída em suporte de papel.

O esforço de participação dos membros na revista **TOC** irá ser uma das nossas preocupações, dando espaço à voz, pensamentos e ideias dos profissionais pelos mais diversos locais onde vivem ou trabalham.

VI.II Conforme já se mencionou no apoio técnico aos membros, reformular a base de dados, agora com o novo meio de acesso à informação, de forma que ela corresponda às efetivas e reais necessidades dos membros da Ordem.

Implementado o novo método de acesso à informação, avaliando logo no início do ano de 2012 a necessida-

de ou não de se implementarem novas iniciativas neste domínio, iremos debruçar-nos sobre a melhor forma de potenciar a informação da base de dados, bem como adequá-la a uma leitura mais rápida e integrada que se encontre mais consentânea com as necessidades dos profissionais.

VI.III Proceder à disponibilização de um novo sítio da Ordem, mais funcional e interativo com os seus utilizadores, dotando-o de uma configuração mais agradável para estes. Reordenar a forma de apresentação da informação nele contida, de forma a agrupar os temas tratados ou interligados entre si, possibilitando uma imagem mais coerente da informação e dos temas a abordar, quer os que têm uma natureza geral quer restrita.

VI.IV A TOC TV, projeto desde há muito por todos perseguido, tem tido um período experimental, através no alojamento na rede social YouTube (o também denominado Canal OTOC) de vídeos e imagens de eventos da Ordem, cuja visibilidade muito tem contribuído para a divulgação dos eventos realizados pela Instituição. Não obstante, aquele espaço tem uma dimensão reduzida, criando problemas, nomeadamente no que concerne ao armazenamento de materiais de informação que a Ordem tem que urgentemente resolver.

Há evoluções muito acentuadas no domínio da comunicação de imagens

pela internet, pelo que, tudo indica que a nossa opção continuará a ser a transmissão pela internet, apoiada, no entanto, com tecnologia de suporte e armazenamento da informação que nos permita, não só a sua guarda, até pelo seu valor histórico, mas também uma melhoria das transmissões que atualmente são difundidas.

Logo no início de 2012 encetaremos os estudos necessários para encontrarmos a solução mais adequada e segura em que se apoiará o funcionamento da TOC TV.

VII ■ IV CONGRESSO NACIONAL DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

Em 2012, realizaremos em Lisboa, o IV Congresso Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas, onde serão analisadas as questões mais prementes da profissão, iniciativas legislativas, e se desenvolverão temas de indiscutível importância.

Pretendemos que este evento, para o qual esperamos uma participação de cerca de sete mil TOC, se converta na maior manifestação até hoje realizada em Portugal por qualquer profissão, dando por essa via uma imagem de dinamismo e organização para o exterior.

Será constituída uma comissão própria que o organizará em parceria com os serviços da Ordem, sendo convidados a nele participarem representantes de todos os países que integram a lusofonia, ou seja, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor.

Pretendemos que, para além do congresso de indiscutível interesse para a profissão, o evento represente um momento de união da cultura e da língua portuguesa.

VIII ■ RELACIONAMENTO INTERNACIONAL

As tecnologias aproximaram os povos. A sua evolução criou realidades impensadas há bem pouco tempo. O mundo ficou, de facto, mais pequeno.

As decisões correm céleres como as notícias e o que ontem era um segredo bem guardado ou uma novidade, hoje é um facto do conhecimento universal. É neste mundo globalizado que temos que viver, conceber os nossos sonhos e procurar formas de lhe dar realidade.

Portugal é um país pequeno e, conseqüentemente, com muita dificuldade de penetração no concerto das grandes decisões, assim, apenas pela nossa participação excepcionalmente positiva e persistente, mar-

cando positivamente a diferença, conseguiremos lugar nos centros de decisões.

Conscientes desta realidade, temos vindo a privilegiar uma relação que se tem mostrado extremamente positiva com os nossos colegas contadores brasileiros, onde pela similitude de factos, doutrinas e culturas, acrescidos pela facilidade de comunicação, se tem revelado de grande valia para ambas as partes.

O projeto de transferência de conhecimentos concebido entre Portugal e Brasil para cooperar no desenvolvimento da profissão de forma transversal nos países de língua oficial portuguesa, é a prova inequívoca da comunhão de ideias, pensamentos e ações, quanto ao papel da contabilidade no mundo Lusófono.

Deste modo, no decurso de 2012, continuaremos a privilegiar as relações de colaboração e parceria com os contadores brasileiros, através do Conselho Federal de Contabilidade e, sempre em concordância com aquele, com os conselhos regionais, desenvolvendo ideias, projetos e iniciativas, estreitando mais profundamente o sentimento de irmandade que nos tem orientado.

Ao mesmo tempo continuaremos a participar no CILEA (Comité de Integração Latino Europa-América), organização que integra 18 países,

sendo os europeus, Portugal, Espanha, França, Roménia e Itália, por isso países de cultura latina e da América Latina, o Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, México, Porto Rico, Uruguai e Venezuela, onde ocupamos uma vice-presidência e onde pelas mais diversas formas participamos nos eventos e realizações organizados pela instituição.

Continuaremos no decurso de 2012 a participar na EFAA (Federação Europeia de Auditores e Contabilistas para as Pequenas e Médias Empresas), organização constituída por Portugal, França, Espanha, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Eslovénia e Albânia, onde participamos com técnicos superiores da Ordem em dois grupos de trabalho. Apresentámos a nossa inscrição no IFAC (*International Federation of Accountants*), esperando que a mesma seja aceite no decurso de 2012, atendendo a que não foi possível a sua aceitação em 2011, por razões processuais.

Realizaremos também, em parceria com diversas instituições, os seguintes eventos de dimensão internacional:

a) Em março de 2012, em parceria com o Colégio dos Economistas de Espanha, na cidade de Braga, terá lugar uma conferência internacional do CILEA, onde se abordarão temas de interesse para a organização contabilística das pequenas e médias empresas.

b) Concertaremos com a EFAA, a exemplo do evento a realizar ainda no decurso do presente ano no Porto, a realização de uma conferência em 2012, versando temas pertinentes para o exercício da profissão.

c) Concertaremos esforços de alargamento da cooperação institucional entre a Ordem e instituições congêneres, nomeadamente o Colégio dos Economistas Espanhóis, com vista a aprofundar a colaboração, no sentido de realização de eventos nas zonas raianas, procurando concertar análises conjugadas para os problemas comuns.

d) Envidaremos esforços para a realização de um congresso entre o norte de Portugal e a região da Galiza, com vista à discussão dos problemas comuns às duas regiões.

IX ■ OUTROS EVENTOS

Para além do descrito, a Ordem, no âmbito da atividade esperada para o ano de 2012, tem ainda como intenções realizar mais um conjunto de eventos, dos quais destaca:

a) Procurar o necessário consenso entre as entidades envolvidas para a reformulação do Prémio Professor Rogério Fernandes Ferreira, conferindo-lhe a dignidade merecida ao mestre de muitos técnicos oficiais de contas, enquadrando-o

em atos e ações que conduzam a um maior esclarecimento sobre o seu pensamento e a sua obra, através do estudo e do debate do seu conteúdo;

b) Readaptar o Regulamento do Prémio Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira, clarificando com rigor o teor dos estudos que a ele podem concorrer, bem como estabelecer o seu valor em sete mil e quinhentos euros;

c) Reanalisar o Regulamento do Prémio Professor Doutor António de Sousa Franco, conferindo-lhe uma maior dignidade e um tratamento harmonioso entre os diversos prémios instituídos pela Ordem;

d) Concluir nos distritos onde ainda não se tenha realizado, a conferência «A Soma das Partes», em parceria com a TSF, de forma a cobrir todo o território nacional;

e) Aprofundar e desenvolver a parceria com a TSF na organização de eventos de interesse para a profissão e para o País;

f) Estabelecer em parceria com a Associação Fiscal Portuguesa e o Diário Económico um Observatório da Fiscalidade Portuguesa, de forma a avaliar a evolução dos impostos em Portugal e dos efeitos que tais factos têm na vida dos profissionais e dos cidadãos, realizando-se duas conferências anuais sobre aquele facto;

g) Realização, em Lisboa e Porto, a exemplo de anos anteriores, de duas conferências internacionais organizadas pelo Gabinete de Estudo da Ordem (GEOTOC) onde se desenvolvam assuntos de interesse para a profissão;

h) À semelhança de anos anteriores, em colaboração com a Comissão de História da Contabilidade, realizar mais um Encontro de História da Contabilidade;

i) Realizar o Encontro Anual dos Técnicos Oficiais de Contas, a organizar pelos profissionais da localidade escolhida para o efeito;

j) Promover, pelo menos, em Angola e Moçambique um seminário subordinado às Normas Internacionais de Contabilidade. Esta ação será concertada com os colegas brasileiros e com os representantes da profissão naqueles países.

k) Continuar a desenvolver a parceria de colaboração com o IDEFF (Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa), realizando ações conjuntas ou em parceria com esta instituição no âmbito de matérias de interesse para a profissão de técnico oficial de contas;

l) Continuar a desenvolver a parceria de colaboração com o Diário Económico, no sentido de realização de sessões conjuntas sobre matérias contabilísticas e fiscais;

m) Organizar em colaboração com a academia contabilística portuguesa uma reflexão anual, em que se reflita as condições do ensino da Contabilidade e Fiscalidade em Portugal.

X ■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica imprimida à Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas atingiu uma dimensão que torna muito difícil verter para o papel todo o sentimento que nos invade a alma e nos anima a continuar a dar o melhor que sabemos e podemos pelo engrandecimento da nossa profissão.

A forte contingência que condiciona os documentos apresentados, ainda para mais devido à incerteza que a economia mundial atravessa, dificulta uma previsão o mais consentânea com a realidade possível.

No domínio do planeamento, a Ordem tem demonstrado níveis de execução orçamental de grande rigor, o que, não obstante o descrito, não deixa de evidenciar uma acentuada preocupação na sustentação das decisões adotadas, bem como na expressão financeira necessária para a sua execução.

Evidentemente que, não obstante todo o cuidado colocado na preparação, nada nos garante que as coisas vão seguir o seu previsível curso.

As medidas que vos apresentamos

irão ser executadas integralmente, no contexto em que são concebidas e na sua própria dimensão.

Há que admitir que existem situações que ninguém domina e, mesmo empregando o melhor do nosso saber, podem existir fatores que as influenciem ou até impeçam a sua realização.

Conforme já se enunciou, estes documentos, porque visam prever o futuro, estão sujeitos a fatores aleatórios que podem influenciar na sua execução, sem que muitas das vezes nele possamos intervir.

Deixamos aqui o compromisso de darmos o nosso melhor, disponibilidade e entrega, na prossecução dos nossos objetivos.

Essa é, e sempre foi a nossa motivação. Estas previsões são passíveis de outras interpretações, até mesmo terreno para alimentar algumas demagogias, onde tudo se promete, mas que no final nada se faz.

Nós não o faremos, porque nos merecem muito respeito os profissionais, o que nos impede de prometer o que se afigura de improvável execução.

É com essa consciência construtiva e de boa-fé, o mais sustentada possível na grande experiência na condução da profissão que pensamos estar perante um plano de atividades credível, ao serviço dos técnicos oficiais de contas e que pensamos materializar através do seguinte:

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012

INTRODUÇÃO

No cumprimento da lei e do nosso Estatuto, mais concretamente, de acordo com o disposto na sua alínea a) do artigo 35.º, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 310/2009, de 26 de outubro, o Conselho Diretivo deverá «elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.»

Por outro lado, nos termos do disposto no número 1 do artigo 33.º-C do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, uma das funções que compete ao Conselho Superior é a de ser «obrigatoriamente ouvido na definição da estratégia global da Ordem e, anualmente, quanto às grandes linhas orientadoras do plano de atividades, emitindo ainda parecer quanto à verificação, no relatório de atividades, da estratégia inicialmente definida.»

Finalmente, nos termos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 30.º, o nosso Estatuto

consagra a seguinte obrigação: «A assembleia geral reúne em sessão ordinária em dezembro de cada ano, para discussão e aprovação do plano de atividades e do orçamento anual para o ano seguinte, elaborado pelo conselho directivo.»

Assim, no respeito pela legalidade do estatuído, o Conselho Diretivo propõe à assembleia geral o presente orçamento para discussão e votação.

CONTEXTO GERAL

No plano internacional e europeu, em particular, o ano de 2011 foi marcado pelo agravamento da crise financeira que desde 2007 avassala o mundo. Face às dificuldades económicas e financeiras, a nossa Ordem procurou encontrar soluções, no plano interno, com o objetivo de otimizar recursos e diminuir gastos, obtendo os melhores resultados para a nossa instituição, reveladores do esforço e da preocupação de todos os que nela se entregam em prol da gestão do património que pertence a todos os técnicos oficiais de contas.

Foi com esse pano de fundo que elaborámos o presente orçamento, procurando melhorar ain-

da os factos onde o sucesso foi evidente e alterando procedimentos onde fomos menos bem sucedidos.

Oportuno será evidenciar que, tendo em conta as dificuldades que todos conhecemos, houve a preocupação de elaborar um orçamento onde a prudência ganhou um papel relevante. Assim, as receitas previstas basearam-se nos dados do ano anterior e, no caso dos rendimentos mais incertos, reduzimos os valores face a 2011. Já nos gastos, tivemos procedimento contrário, isto é, os gastos prováveis foram considerados, mesmo que remotos.

Nos casos das receitas, as quotas foram previstas com base no número de membros da Ordem. Mas os rendimentos relacionados com a formação foram considerados abaixo dos valores obtidos em 2011, face às expectativas que a economia mundial mas, em particular, a europeia e a nacional atravessam.

De entre as medidas implementadas com sucesso, há uma que superou as nossas expectativas e que merece menção especial. De facto, a cooperação de todos os membros, ou melhor, da quase totalidade dos membros, contribuiu para que reduzíssemos consideravelmente os gastos com

a comunicação. Aqui, o relevo está na emissão via mensagem eletrónica dos avisos para pagamento de quotas. Concretizando: poupámos, em portes de correio de mais de 250 mil cartas-aviso para pagamento de quotas, cerca de 80 mil euros, para além do impacto ambiental que tão significativo consumo de papel representa. Prova provada de que é com o esforço e participação que pretendemos implementar novas medidas para uma melhoria dos nossos recursos.

Antes de entrarmos numa análise mais pormenorizada da proposta de orçamento, a base do nosso trabalho foi os valores acumulados da contabilidade no final de setembro, projetados para o ano, por um lado, e, por outro, o orçamento aprovado para 2011. No entanto, a prudência esteve sempre presente nos valores previstos para este orçamento.

RENDIMENTOS

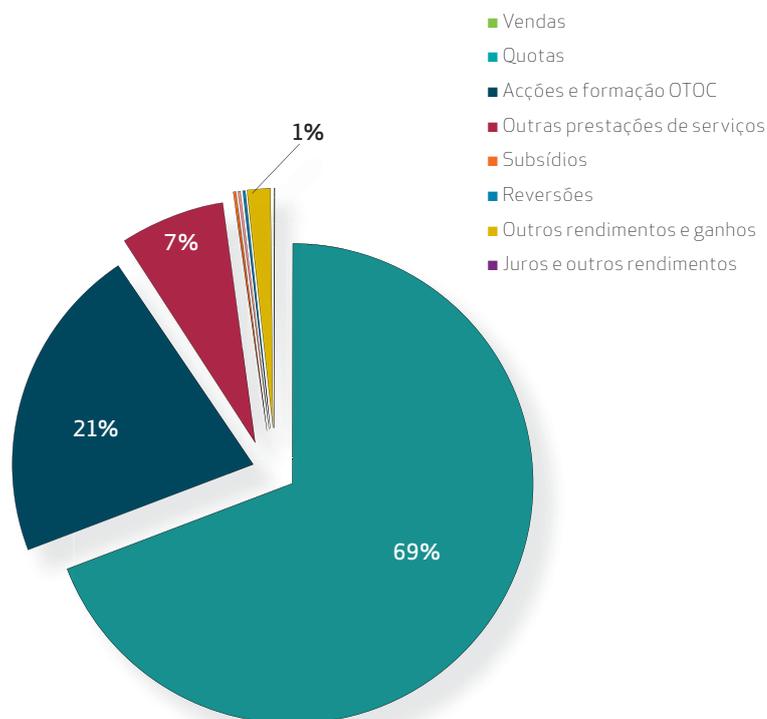
O total dos rendimentos previstos para 2012 é de 15 338 913 euros, distribuídos pelas rubricas seguintes:

Relativamente ao orçamento do ano em curso, a nossa previsão é de uma redução de rendimentos de 3,8% em

| Rendimentos | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 | Varição |
|--|-------------------|-------------------|--------------|
| Vendas | 8 500 | 6 000 | -29,4% |
| Prestações de serviços | 15 562 472 | 14 976 077 | -3,8% |
| Subsídios à exploração | 139 100 | 28 000 | -79,9% |
| Reversões | 13 700 | 25 000 | 82,5% |
| Outros rendimentos e gastos | 192 200 | 198 836 | 3,5% |
| Juros, dividendos e outros rendimentos similares | 25 200 | 105 000 | 316,7% |
| Total | 15 941 172 | 15 338 913 | -3,8% |

relação ao orçamento do ano anterior, correspondendo a um valor de 602 259 euros. O gráfico abaixo facilita a perceção do

peso de cada rubrica nos gastos globais. A rubrica vendas corresponde, sobretudo, ao produto obtido com as receitas dos manuais de formação e alguma obra



de carácter técnico cuja edição é da nossa Ordem. Prevemos uma diminuição, devido ao facto da menor procura das obras cujo tema era o SNC.

Como é habitual, as quotas representam a grande parcela dos rendimentos da nossa instituição e, no presente orçamento, correspondem a mais de 69% do seu valor, prevendo-se um rendimento anual de 10 609 200 euros distribuídos pelos membros efetivos e suspensos. Para a segunda rubrica mais significativa do orçamento, a formação nas suas diversas modalidades, previu-se um rendimento total de 3 271 840 euros, correspondentes a 21% do orçamentado, ficando as restantes rubricas com uma parcela de 10%.

O terceiro maior grupo de rendimentos, com uma percentagem de 7%, inclui as rubricas jóias, vinhetas, multas, Encontro Nacional dos TOC, taxas e emolumentos e publicidade. A renda anual do nosso edifício na Avenida 24 de julho, com uma previsão de 156 573 euros.

De salientar que o ganho proveniente das rendas do nosso prédio da Avenida 24 de julho está, integralmente, destinado ao fundo de pensões.

Os rendimentos financeiros são dos poucos cuja previsão ultrapassou significativamente os valores orçamentados anteriormente. O aumento das taxas de juro que têm vindo a subir no segundo semestre deste ano, e as nossas aplicações financeiras indicaram-nos o seu aumento, pre-

vendo-se que constituam quase 1% dos rendimentos orçamentados.

Abaixo, apresenta-se um quadro comparado dos rendimentos orçamentados para 2011 e que serviram de base para o orçamento de 2012.

O valor previsto para a reversão de imparidades teve origem na experi-

ência de anos anteriores e no contexto atual, como inicialmente frisámos.

De salientar mais uma vez que, face ao momento que a nossa economia atravessa e recordando uma afirmação produzida numa das conferências «A Soma das Partes», da iniciativa da OTOC e grupo Controlinveste,

| Rendimentos | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 | Desvio |
|---|-------------------|-------------------|---------------|
| Vendas | 8 500 | 6 000 | -29,4% |
| Prestações de serviços | 15 562 472 | 14 976 077 | -3,8% |
| Jóias | 85 000 | 102 000 | 20,0% |
| Quotas | 10 691 424 | 10 609 200 | -0,8% |
| Ações de formação OTOC | 3 539 000 | 3 271 840 | -7,5% |
| Formação eventual | 1 500 000 | 1 371 840 | -8,5% |
| Formação segmentada | 790 000 | 700 000 | -11,4% |
| Formação permanente | 150 000 | 50 000 | -66,7% |
| Formação à distância | 850 000 | 690 000 | -18,8% |
| Formação recorrente | 10 000 | 10 000 | 0,0% |
| Conferências | 239 000 | 240 000 | 0,4% |
| IV Congresso OTOC | 0 | 210 000 | |
| Vinhetas | 116 050 | 100 560 | -13,3% |
| Multas - processos disciplinares | 190 500 | 156 000 | -18,1% |
| Encontro Nacional dos TOC | 10 000 | 7 500 | -25,0% |
| Taxas e emolumentos | 806 498 | 650 406 | -19,4% |
| Publicidade | 124 000 | 78 571 | -36,6% |
| Subsídios à exploração | 139 100 | 28 000 | -79,9% |
| Patrocínios ações de formação | 35 900 | 24 000 | -33,1% |
| Outros patrocínios | 103 200 | 4 000 | -96,1% |
| Reversões | 13 700 | 25 000 | 82,5% |
| Outros rendimentos e ganhos | 192 200 | 198 836 | 3,5% |
| Rendas em propriedades investimentos | 151 733 | 156 573 | 3,2% |
| Outros | 40 467 | 42 263 | 4,4% |
| Juros, dividendos e out. rendimentos similares | 25 200 | 105 000 | 316,7% |
| Juros obtidos | 25 200 | 105 000 | 316,7% |
| Total | 15 941 172 | 15 338 913 | -3,8% |

o «Estado do País passa pelo TOC», houve a preocupação de prever os rendimentos em baixa, mesmo quando alguns indicadores do segundo semestre do ano em curso sugeriram crescimento.

GASTOS

Os gastos foram previstos no respeito pelos mesmos critérios de prudência, tendo em conta a preocupação de gerir um património coletivo e na perspectiva de continuidade das políticas de gestão que têm pautado a conduta dos órgãos eleitos para presidirem aos destinos da nossa instituição. Daí que as previsões para os gastos, em caso de dúvida, ao contrário do sucedido com os rendimentos, foram inscritas em alta.

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2011 e 2012 bem como o desvio deste face àquele.

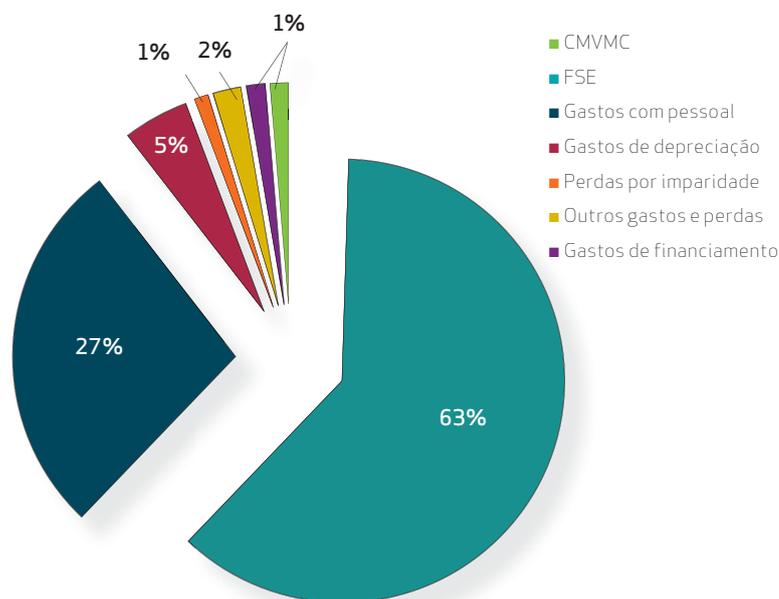
Da análise do quadro, face ao orçamentado para o ano anterior, constata-se uma redução de gastos 410 650 euros, correspondendo a uma percentagem de 2,7%.

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas são os necessários para as vendas bem como os materiais previstos serem fornecidos aos membros por ocasião das forma-

| Gastos | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 | Desvio |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| CMVMC | 57 400 | 91 218 | 59% |
| FSE | 10 101 810 | 9 363 625 | -7% |
| Gastos com o pessoal | 3 694 655 | 4 082 108 | 10% |
| Gastos de depreciação/amortização | 714 290 | 708 675 | -1% |
| Perdas por imparidade | 350 000 | 150 000 | -57% |
| Outros gastos e perdas | 299 905 | 301 110 | 0% |
| Gastos e perdas de financiamento | 87 650 | 198 324 | 126% |
| Total | 15 305 710 | 14 895 060 | -2,7% |

ções, como são os manuais, esferográficas, blocos de apontamentos e outros consumíveis.

peso de 63% do total dos gastos. Nada de novo nesta matéria, dada a natureza da atividade que a Ordem desenvolve.



Para uma análise relativa entre as várias rubricas dos gastos, é evidente que os fornecimentos e serviços externos correspondem à maior fatia, com um

Na rubrica de subcontratos, o aumento dos custos prende-se com o contrato celebrado para produção do SITOC. Com as preocupações de redu-

ção sustentada de gastos e de caráter ambiental, eliminamos a distribuição do CD juntamente com a revista **TOC**, reduzindo os gastos nos portes de correio da revista e, ainda, na produção e gravação mensal dos CD. Para além deste benefício, os membros têm uma informação atualizada *online*. Em contrapartida, foi negociada a produção da informação dentro das nossas instalações com o acréscimo de gastos na fase inicial.

Os trabalhos especializados bem como a rubrica de honorários incluem os mais diversos serviços a que se recorre para a atividade institucional. Como todos sabemos, em muitas situações, estas duas rubricas andam de braço dado, face às características que as diferenciam: os primeiros são normalmente produzidos por pessoas coletivas enquanto os segundos resultam duma atividade pessoal. Por ambas se distribuem os mais diversos serviços. São os trabalhos especializados e os honorários destinados aos formadores, aos autores dos manuais, aos controladores de qualidade, aos elementos da diversas comissões e grupos de trabalho, colégios de especialidade, aos consultores para a formação à distância, aos laureados com os prémios Professor Doutor António Lopes Sá, Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira, Professor Doutor António de Sousa Franco,

revista IDEFF, aos autores dos Anuário dos Municípios Portugueses e do Anuário do Setor Empresarial do Estado que, pela primeira vez, foi este ano apresentado, etc.

No entanto, e pelas razões que apresentámos inicialmente, isto é, uma previsão de redução de formação, traduz-se numa diminuição de gastos nesta rubrica em cerca de 3%. De não somenos importância é o facto de, cada vez mais, recorrermos ao pessoal dos

nossos quadros em vez de procurarmos consultores externos. Aliás, um dos objetivos a que nos propomos com o alargamento do quadro de pessoal.

Quanto à publicidade e propaganda, como é do conhecimento generalizado, a OTOC está presente em vários órgãos de comunicação social e tem vindo a marcar posição de referência na análise e apreciação de diversos aspetos da vida do País. O ano de 2011 conheceu uma atividade ímpar, com destaque para

| Fornecimentos e serviços externos | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 | Desvio |
|---|-------------------|------------------|-------------|
| Subcontratos | 398 000 | 498 490 | 25% |
| Serviços especializados | 5 821 710 | 4 969 603 | -15% |
| Trabalhos especializados | 1 785 500 | 1 729 676 | -3% |
| Publicidade e propaganda | 110 000 | 389 308 | 254% |
| Vigilância e segurança | 71 200 | 77 868 | 9% |
| Honorários | 2 034 810 | 1 955 753 | -4% |
| Conservação e reparação | 455 500 | 456 180 | 0% |
| Serviços bancários | 164 100 | 169 678 | 3% |
| Outros | 1 200 600 | 191 140 | -84% |
| Materiais | 124 200 | 133 840 | 8% |
| Ferramentas e utensílios | 4 000 | 4 000 | 0% |
| Livros e documentação técnica | 4 800 | 5 200 | 8% |
| Material de escritório | 111 200 | 119 640 | 8% |
| Artigos para oferta | 4 200 | 5 000 | 19% |
| Energia e fluídos | 75 850 | 79 950 | 5% |
| Deslocações, estadas e transportes | 382 000 | 381 400 | 0% |
| Serviços diversos | 3 300 050 | 3 300 342 | 0% |
| Rendas e alugueres | 502 300 | 606 532 | 21% |
| Comunicação | 1 454 130 | 1 222 248 | -16% |
| Seguros | 1 230 820 | 1 388 822 | 13% |
| Contencioso e notariado | 15 100 | 9 120 | -40% |
| Despesas de representação | 40 000 | 10 000 | -75% |
| Limpeza, higiene e conforto | 57 700 | 63 620 | 10% |
| Total | 10 101 810 | 9 363 625 | -7% |

as conferências «A Soma das Partes», promovidas em parceria com o grupo Controlinveste, bem como outras iniciativas com o Diário Económico, a SIC, etc. Por outro lado, no decurso de 2012, prevê-se a concretização do IV Congresso dos TOC, um momento alto da vida da nossa instituição, até porque é este o primeiro que tem lugar após a passagem a Ordem. Para além disso, há divulgações que terão de ser institucionalmente feitas, nomeadamente, os exames e convocatórias dos órgãos. Os acontecimentos extraordinários previstos para ocorrerem em 2012 contribuem para o acréscimo desta rubrica.

A vigilância e segurança, bem como a conservação e manutenção das nossas instalações e equipamentos, foram orçamentados dentro dos parâmetros do previsto no ano anterior e os valores esperados para o ano em curso. Por isso, o seu desvio é praticamente nulo.

A variação dos serviços bancários deve-se à crescente utilização dos meios tecnológicos que temos intensificado com benefício e poupança nos serviços internos da Ordem. Hoje, a grande maioria dos nossos recebimentos são efetuados via sistema bancário eletrónico.

A redução na rubrica "outros" tem a ver com a contribuição para o fundo de pensões que não foi aqui contemplada, tendo em conta a situa-

ção que decorre da execução orçamental e disponibilidade financeira e face à rentabilidade dos fundos que, como é do conhecimento generalizado de todos, no contexto de crise, é penalizada.

Já nas rubricas de materiais, a subrubrica que mais se afasta dos valores orçamentados para 2011, é a de material de escritório, mas sem relevância. O mesmo se pode afirmar para as rubricas energia e fluidos e deslocações e estadas cujos valores se mantiveram ao nível do anterior orçamento.

Na rubrica de serviços diversos, cabe referência especial à subrubrica comunicação. Como atrás se afirmou, a comunicação tem conhecido reduções significativas. Abandonámos o envio dos avisos para pagamento de quotas, reduzimos os portes de correio da revista **TOC** com a desmaterialização do SITOC. Vamos prosseguir na senda da desmaterialização com a colaboração e empenho de todos os nossos colaboradores e membros, daí a nossa projeção para mais uma redução destes gastos relativamente

ao orçamento anterior. Também, pelo seu valor, a verba destinada a rendas e alugueres é significativa e, para 2012, inclui os gastos com o espaço de dimensão capaz de receber a magna reunião da classe e com equipamentos adequados ao evento.

Globalmente, a nossa proposta é de uma redução em 7% dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

Com os gastos com pessoal, prevê-se um aumento que resulta de previsão de atualização de salários, admissão de novos colaboradores, atribuição de diuturnidades, aumento da taxa de Segurança Social, em conformidade com as alterações introduzidas com o novo Código Contributivo, nomeadamente, no nosso caso, com o aumento da taxa contributiva, devido à redução do valor isento do subsídio de refeição.

As nossas previsões para as depreciações mantêm-se dentro dos parâmetros dos anos anteriores. De facto, é preciso atualizar ou adquirir novos equipamentos que irão substituir os equipamentos obsoletos ou inutiliza-

| Gastos com pessoal | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 | Desvio |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------|
| Remunerações Órgãos da Ordem | 709 100 | 725 760 | 2% |
| Remunerações do pessoal | 2 290 660 | 2 572 629 | 12% |
| Encargos sobre remunerações | 579 393 | 649 019 | 12% |
| Seguros de acidente no trabalho | 19 962 | 21 400 | 7% |
| Gastos de ação social | 24 400 | 32 000 | 31% |
| Outros gastos com o pessoal | 71 140 | 81 300 | 14% |
| Total | 3 694 655 | 4 082 108 | 10% |

| Outros gastos | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 | Desvio |
|--|----------------|----------------|-------------|
| Gastos de depreciação e amortização | 714 290 | 708 675 | -1% |
| Propriedades de investimentos | 39 975 | 39 975 | 0% |
| Ativos fixos tangíveis | 674 315 | 668 700 | -1% |
| Perdas por imparidade | 350 000 | 150 000 | -57% |
| Em dívidas a receber | 350 000 | 150 000 | -57% |
| Outros gastos e perdas | 299 905 | 301 110 | 0% |
| Impostos | 34 905 | 36 300 | 4% |
| Perdas em inventários | 5 000 | 0 | -100% |
| Correções períodos anteriores | 6 200 | 0 | -100% |
| Donativos | 221 500 | 103 450 | -53% |
| Quotizações | 32 300 | 36 027 | 12% |
| Outros | 0 | 125 333 | |
| Gastos e perdas de financiamento | 87 650 | 198 324 | 126% |
| Juros de financiamento obtidos | 9 950 | 13 211 | 33% |
| Juros contrato de locação financeira | 77 700 | 185 114 | 138% |

dos ou, ainda, utilizáveis, mas já para além da vida útil esperada.

Quanto às imparidades, temos uma redução face às previsões do ano de 2011, uma vez que no ano em curso, temos aplicado uma política mais incisiva e adequada aos parâmetros do SNC que adotámos.

Quanto à rubrica outros gastos e perdas, esta previsão inclui estornos de quotas e gastos diversos não previstos nas rubricas anteriores.

No que toca às verbas previstas para gastos e perdas de financiamento, como sucedeu com os rendimentos e ganhos de financiamento, é expetável

um aumento dos *spreads* por um lado, e, por outro, o grosso desta rubrica prende-se com os juros da nossa ope-

ração de financiamento das instalações na Av. Barbosa du Bocage.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

No âmbito da senda de servir melhor os nossos membros e rentabilizando os nossos recursos, quer em termos de quadro internos quer de equipamentos, por forma a fazer chegar a todos uma melhor formação e informação, prevê-se para o ano de 2012 um investimento global de 900 mil euros assim distribuídos: o projeto WebTV já consta dos nossos objetivos, mas razões de diversa ordem têm adiado a sua realização. A experiência que temos vindo a seguir através do Youtube confirma a valia deste projeto.

Por outro lado, com a implementação a nível interno do sistema de formação à distância, há necessidade de aumentar a

| Investimentos | Orçamento 2011 | Orçamento 2012 |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| Activos fixos tangíveis | 839 700 | 400 000 |
| 1. Equipamento de transporte | | |
| 2. Equipamento administrativo | 839 700 | 400 000 |
| Projeto Web TV | 250 000 | 250 000 |
| Projeto SITOC | 240 000 | 0 |
| Atualização <i>call center</i> | 115 000 | 0 |
| Equipamento informático | 184 700 | 150 000 |
| Diversos | 50 000 | 0 |
| Investimentos em curso | 500 000 | 500 000 |
| Casa do TOC | 500 000 | 500 000 |
| Total | 1 339 700 | 900 000 |

capacidade e desempenho dos equipamentos por forma a responder, mesmo em situações de pico, ao acesso ao servidor, facilitando a vida dos seus membros, sobretudo daqueles que aderem à formação à distância. Daí que se preveja para o ano de 2012 um investimento significativo na área da informática. Quanto ao projecto da Casa do TOC, continuaremos a afetar, na medida em que a execução orçamental e financeira permita uma verba para este projeto.

CONCLUSÃO

Como já anteriormente afirmámos, preocupações de gestão, económicas e ambientais levaram-nos a elaborar o orçamento com acrescida prudência. Ainda para mais, com as necessárias adaptações e exigências que o Sistema de Normalização Contabilística veio conferir à informação económica e financeira. O presente orçamento pauta-se por refletir esses aspetos. Assim, com a previsão total de 15 338 913 euros de rendimentos e ganhos face ao pressuposto de gastos no valor

| Demonstração individual dos resultados por naturezas | 2011 | 2012 |
|--|------------------|------------------|
| Vendas e serviços prestados | 15 570 972 | 14 982 077 |
| Subsídios à exploração | 139 100 | 28 000 |
| Custos das MVMC | -57 400 | -91 218 |
| Fornecimentos e serviços externos | -10 101 810 | -9 363 625 |
| Gastos com o pessoal | -3 694 655 | -4 082 108 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | -336 300 | -125 000 |
| Outros rendimentos e ganhos | 192 200 | 198 836 |
| Outros gastos e perdas | -299 905 | -301 110 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento, impostos | 1 412 202 | 1 245 852 |
| Gastos de depreciação e amortização | -714 290 | -708 675 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 697 912 | 537 177 |
| Juros e rendimentos similares obtidos | 25 200 | 105 000 |
| Juros e gastos similares suportados | -87 650 | -198 324 |
| Resultado antes de impostos | 635 462 | 443 853 |

de 14 895 060 euros, teremos um resultado positivo de 443 853 euros para o ano de 2012, conforme demonstração de resultados acima apresentada. Num contexto económico desfavorável, é natural que se espere um resultado inferior ao previsto para 2011. O objetivo é manter a qualidade pela qual nos pautamos ao serviço da nossa classe profissional, mesmo em tempos de

acrescida dificuldade. Facto com algum peso será o IV Congresso, a ter lugar durante o exercício económico cujo orçamento aqui submetemos à apreciação e que influencia esse resultado. Nos termos do nosso Estatuto, ouvido o Conselho Superior, o presente orçamento foi aprovado em reunião do Conselho Diretivo de 23 de novembro de 2011. ■

| Conselho Diretivo | Bastonário | Vice-presidente | Vogal | Vogal | Vogal | Vogal | Vogal |
|-------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------------------|------------------------|--------------------|---------------|
| | | | | | | | |
| | A. Domingues de Azevedo | Armando Pereira Marques | Jaime Soares dos Santos | Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira | Manuel Vieira de Sousa | Ezequiel Fernandes | Rita Cordeiro |

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR SOBRE PLANO DE ATIVIDADES PARA 2012

O Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas reuniu, em plenário, no dia 23 de novembro de 2011, a fim de se pronunciar, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º C do EOTOC, sobre as grandes linhas orientadoras do plano de atividades para 2012, a apresentar, pelo Conselho Diretivo, à assembleia geral, para discussão e aprovação nos termos estatutários.

O Conselho Superior realizou uma profunda e detalhada análise do conteúdo daquele documento e, após troca de informações entre os seus membros, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Conselho Diretivo, com as alterações que o próprio Conselho Superior sugeriu e recomenda à assembleia geral a realizar em 17 de dezembro próximo, que dê o seu acordo e apoio ao plano de atividades apresentado.



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS





OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS